

Salvador lidera geração de empregos entre capitais do NE

QUADRIMESTRE Mesmo com a pandemia, Salvador criou 12.275 empregos no período de janeiro a abril deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia. Os dados do trimestre colocam Salvador em primeiro lugar na criação de empregos formais entre as capitais do Nordeste, à frente da segunda colocada Fortaleza (CE), com 7.404 postos criados no mesmo período.

Os números mostram que a capital baiana recuperou os 7.075 empregos perdidos durante todo o ano de 2020 e avançou com 5.200 novos postos criados. Apenas no mês de abril, foram gerados 1.658 empregos formais.

O destaque foi para o setor de serviços, com a criação de 9.155 empregos formais, sendo o segmento de Saúde Humana e Serviços Sociais o que mais contribuiu para esse resultado, com a criação de 5.336 postos formais. O cenário reflete a demanda gerada pela pandemia e pela chegada de grandes redes de

saúde à capital.

O segundo segmento que mais contribuiu para estes números positivos foi o da Construção Civil, com 2.104 novos postos. Os dados do Caged mostram ainda que a criação de emprego na cidade

“É muito importante esse desempenho, pois temos uma população que depende muito da economia reaquecida para voltar a se restabelecer. Nesse sentido, saber que temos mais empregos gerados que perdidos durante a pandemia é um alento Mila Paes

Secretária de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda de Salvador

de tem se mantido nos últimos nove meses, período em que surgiram 30 mil novos postos.

A secretária de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda (Semdec) da Prefeitura de Salvador, Mila Paes, avalia que essa geração de empregos formais dentro de um cenário tão delicado provocado pela Covid-19 é uma mostra de que a cidade está preparada para esse processo de retomada, que já aconteceu em alguns setores e deverá alcançar os demais.

“É muito importante esse desempenho, pois temos uma população que depende muito da economia reaquecida para voltar a se restabelecer. Nesse sentido, saber que temos mais empregos gerados que perdidos durante a pandemia é um alento”, afirma a secretária. Ela ressalta ainda que a Prefeitura vai continuar desenvolvendo ações para fazer com que essa geração de empregos seja contínua e a situação econômica, de fato, avance de forma cada vez mais sólida na capital baiana.

Governo libera uso excepcional de térmicas

CRISE HÍDRICA O governo federal publicou ontem medida que autoriza, “em caráter excepcional e temporário”, condições regulatórias diferenciadas para permitir o acionamento de usinas termelétricas sem contrato por um período de até seis meses, que poderá ser prorrogado.

A iniciativa vem em meio a uma seca histórica que tem pressionado o nível dos reservatórios das hidrelétricas, principal fonte do país, e levantado preocupações sobre a oferta de energia, segundo a CNN Brasil. São as piores chuvas já registradas na área das usinas hídricas desde 1930.

A autorização, que já havia sido sinalizada diante das condições das hidrelétricas mas teria foco apenas nas unidades a gás, foi oficializada de maneira que o suporte do setor térmico à crise hídrica fique mais amplo, convocando térmicas de outras fontes e mais caras.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0364	R\$ 5,0369
Dólar Turismo	R\$ 5,0300	R\$ 5,2070
Euro turismo	R\$ 6,0700	R\$ 6,3500

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	130.776,27	-0,5%

POUPANÇA

08/06/2021 0,1559 %

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,11%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,07%	7,59%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

BOLSA SEGUE COM RECORDE

Melhor sequência desde o intervalo entre 14 e 26 de fevereiro de 2018, quando encalhou 9 ganhos seguidos, o Ibovespa estendeu ontem a atual série positiva pela 8ª sessão, seis das quais em reativação de máximas históricas



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Brasil avançou na energia em relação há 20 anos, quando houve o apagão de 2001. Mesmo assim, o risco de uma crise hídrica e de falta de abastecimento de energia está sobre o país neste momento. O fator complicador mais grave é a incapacidade do atual governo de gerir crises ou se antecipar a problemas. Hoje, a matriz é mais diversificada e caiu em vinte pontos percentuais a dependência da fonte hidrelétrica. A eólica, que não existia, representa 10%. A solar já é 2%.

Houve também, desde então, a construção de mais linhas de transmissão, o que não melhorou a capacidade de pensar o que fazer diante do estresse hídrico que tende a ficar cada vez mais frequente. O sistema ainda é garantido por um conjunto de térmicas a combustível fóssil, que são mais caras e mais sujas e estão na contramão da tendência de baixo carbono.

Em relação à crise atual, o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse, na entrevista ao GLOBO, que “tudo indica que temos o controle da situação”. A frase tem uma negação embutida. Se “tudo indica” é porque há dúvidas. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) soltou uma nota alertan-

do para o risco de o país enfrentar uma crise inédita de falta de água nos reservatórios. No dia seguinte, soltou outra nota para esclarecer a primeira, em que diz o oposto. Ficou estranho.

Na nota técnica enviada à Agência Nacional de Águas, o ONS previa que oito usinas hidrelétricas instaladas no Sudeste, e que somam 10 mil megawatts, devem ficar com seus reservatórios perto do colapso até 30 de novembro. Usinas como Furnas, Nova Ponte, Itumbiara, Emborcação, São Simão ficariam sem água antes do fim do período seco.

“Considerando-se as previsões de afluência obtidas com a chuva de 2020, prevê-se a perda do controle hidráulico de reservatórios do Rio Paraná no segundo semestre de 2001”, dizia a primeira nota. “O único cenário em que há risco é o cenário de referência, utilizado para de-

monstrar que ações precisavam ser tomadas com o intuito de evitar a ocorrência. Sendo assim diversas medidas foram aprovadas pelo Comitê de Monitoramento Elétrico, e já estão em curso, o que faz com que esse cenário não se concretize”, diz o ONS na segunda nota. Uma fonte do setor de energia avalia que na primeira nota o órgão demonstrou pânico, na segunda, uma calma excessiva:

— Muita gente achou que houve um dedo político no comunicado à imprensa que tentou corrigir a nota técnica. Saiu de um excessivo pessimismo para um comunicado de que estava tudo bem. Fiquei mais preocupado com a segunda nota, porque claramente era um erro de comunicação e, em momentos assim, não se pode errar na comunicação.

Houve também por parte da Anel uma confusão na admi-

nistração das bandeiras tarifárias. Se em dezembro ela foi vermelha, de janeiro a abril, voltou para o nível amarelo, indicando melhora na situação. Só em maio voltou a ficar vermelha nível 1, e em junho subiu para nível 2, o mais crítico. A mudança que vigorou nos primeiros quatro meses do ano não fazia sentido, já que a situação era de escassez de chuva.

O que o país aprendeu com os erros e acertos na administração do apagão, em 2001, é que as decisões precisam ser firmes, a comunicação, clara, e a gestão tem que se antecipar aos problemas. A visão realista é melhor do que o excessivo pessimismo ou a tentativa de dar uma visão otimista por razões políticas.

Entre os conselhos que se ouviu no mercado é que é preciso monitorar a produção de renováveis. É possível que a atual temporada de ventos do Nor-

deste seja bem favorável. É preciso trabalhar para garantir suprimento de gás para as térmicas, menos poluentes do que as opções como óleo diesel ou carvão. “Não pode faltar gás”, diz um especialista. O problema é que a Petrobras já anunciou que fará a manutenção de 30 dias em um dos principais gasodutos do pré-sal e informou que essa parada foi combinada com o ONS em março. É preciso também, explica-se, administrar os vários usos das águas, principalmente na Bacia do Rio Paraná, onde a primeira vítima já é a hidrovía Tietê-Paraná.

— O governo também precisa trabalhar com a importação de energia de países vizinhos, Argentina e Uruguai. Não é um bom momento para brigar com o governo Fernández — explicou um especialista.

O assunto é complexo e será fundamental ter uma gestão integrada, inteligente e uma comunicação transparente. Isso impedirá que a escassez hídrica leve a uma crise muito maior.

Risco de apagão voltou ao país, sob um governo que já demonstrou sua incapacidade de gerir crises e blindar decisões técnicas

COM ALVARO GRIBEL. (DE SÃO PAULO)